

## Espaço público

# O território não estica mas no litoral alentejano pode encolher



Jorge Gonçalves

**P**odia começar, como em alguns filmes, com a referência de “Há 15 anos...”. Nessa altura, por volta de 2009 ou 2010, o Parque Natural do Sudoeste alentejano e da Costa Vicentina tinha duas décadas de existência e o Hospital do Litoral Alentejano cinco anos. O Porto de Sines continuava a ser uma promessa, mas com os investimentos públicos desde o início do século a ultrapassarem já as centenas de milhões de euros.

O Protali – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral estava em vigor desde 1993, revelando enorme preocupação e sensibilidade com um desenvolvimento integrado e equilibrado, mas era favorecido por um dinamismo territorial pouco desafiante. Tinha o turismo sob controlo, definindo limites de carga precisos e racionais. Só em 2010 foi revogado pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, que está ainda em vigor, agora com a designação de Programa.

A população nestes cinco concelhos do Litoral Alentejano – Alcácer, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira – não ultrapassava os 100.000 habitantes, sendo, em 2011, de 97.925 residentes (12,9% do Alentejo), tendo recuado dos 99.976 indivíduos de 2001 (-2,05%). Eram quase dois idosos para cada jovem, com um agravamento também face à situação do início do século, pois passaram a ser mais 8% de idosos e menos 5% de jovens. O parque habitacional, em 2011, não ultrapassava os 40.000 (39.584) alojamentos familiares ocupados como residência habitual (13,3% do Alentejo).

Percebia-se, por isso, o definhamento da vitalidade sociodemográfica neste território, dizendo-nos o INE que, nesse mesmo ano, o saldo migratório já era responsável por 31,1% da variação da população residente. O valor médio dos prédios rústicos transacionados tinha passado dos 41.530 euros (2001) para os 62.258 em 2009, revelando-se já esta valorização do solo rural em contraciclo com as demais dinâmicas observadas, revelando os primeiros sinais da contradição que aí viria.

Este era o retrato de um território onde a infraestruturização ia avançando lentamente e onde a proteção do ambiente se fazia sem grande dificuldade, pela ausência de uma verdadeira pressão turística, ainda polarizada em torno de locais bem delimitados. A agricultura era marcada por práticas tradicionais extensivas, com as exceções conhecidas nos vales do Sado e do Mira. O ordenamento do território até parecia que funcionava, regulando sem grandes dificuldades o uso de uma terra pouco procurada pela economia e cada vez mais

repulsiva demograficamente.

Agora, e de repente, parece que já não há espaço para todos. O território encolheu. A sul de Vila Nova de Milfontes, as estufas inventadas na sub-região por Thierry Roussel e que tinham sido abandonadas nos anos 90 regressaram na primeira década do século XXI e ganharam expressão desmedida na segunda. Foram acompanhadas por uma agricultura intensiva que não se faz debaixo de plástico e que é sedenta de água, aproveitando o perímetro de rega do Mira, alimentado pela Barragem de Santa Clara. O facto de, em muitos casos, estas explorações agrícolas não carecerem de licenciamento faz com que os impactos no consumo de água e no ambiente natural possam estar fora de controlo.

Sines, por seu lado, não cabe em si com tanta procura logística e industrial. Os projetos em execução e previstos ultrapassam os vários milhares de milhões de euros (PÚBLICO, 5 de fevereiro de 2020) e muitos deles contando com o estímulo das novas ligações ferroviárias em construção e com a via verde que o quadro legal dos Projetos de Interesse Nacional proporciona. A pressão é tanta que o conflito ambiental já estalou, estando aliás na base da *Operação Influencer*, com as consequências políticas que se conhecem.

O turismo residencial, avançando desde o Norte da sub-região, parece que agora já chega a Aljezur, como dizia alguém nas redes sociais, desmantelando parques de campismo e um dia, quem sabe, até o Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz (“Grandes grupos cobiçam prisão do Pinheiro da Cruz para fins turísticos”, *Jornal de Negócios*, 1 de setembro de 2008), que dispõe de uns sedutores 1500ha e de uma frente de praias com três quilómetros de extensão. Os megaempreendimentos turísticos de luxo que se multiplicam neste litoral sugerem riscos ambientais, com a proximidade aos cordões dunares, e sociais, com o desmoronar de uma identidade que articulava historicamente as praias e as comunidades espalhadas por todo o território e que agora apenas mendigam que

não lhes seja vedado o acesso franco que sempre dispuseram a esses espaços de lazer.

Começa a faltar espaço para demonstrar aqui o encolhimento avulso e não planeado do Litoral Alentejano, mas não podia deixar de lado a referência aos megaprojetos fotovoltaicos que ameaçam aldeias, montados e o ambiente natural, transformando-os em mero palco de um infinito oceano de espelhos de onde desaparecerão sobreiros, culturas tradicionais e praticamente toda a biodiversidade.

A Central Fernando Pessoa, na freguesia de São Domingos e Vale de Água (concelho de Santiago do Cacém), a concretizar-se, será mesmo a maior da Europa. A transição verde tem custos sociais, ambientais e de desenvolvimento local a que nem os movimentos ambientalistas conseguem opor-se, divididos que estão pelas óbvias contradições deste processo.

Toda esta convulsão contou também com a ajuda das frágeis estruturas políticas locais – municipais e supramunicipais – muitas vezes impotentes para contrariar ou mitigar as consequências dos gigantescos investimentos, mas noutras vendo ali também uma fonte de receitas e protagonismo que nunca tinham antes experimentado. Ainda mais grave é que esta revolução tem sido indiferente às orientações e apostas dos instrumentos de gestão territorial e de proteção ambiental,



**Neste território em que os inúmeros investimentos se empilham, vemos todas as contradições entre crescimento e desenvolvimento**

revelando infelizmente a sua crescente insignificância, reconhecida na respetiva suspensão, alteração e inadequação face aos mais diversos interesses setoriais, nacionais e internacionais. O desenvolvimento é coisa que ainda não se viu e todos temem que os novos investimentos públicos a realizar sejam apenas para ampliar ainda mais o alcance das apostas económicas entretanto realizadas.

Para já, o que sabemos é que hoje os valores ambientais estão a claudicar, a população residente continua a diminuir, o parque habitacional de residência habitual sem aumentar e a ficar pressionado por uma procura nunca vista, a estrutura demográfica a envelhecer, os fluxos imigratórios a injetarem mão-de-obra desqualificada, a baixo custo e com vínculos laborais mais que precários, a fragilização da coesão socioterritorial a aprofundar-se com uma mobilidade em transporte público que tarda em qualificar-se e a dar resposta a uma população, em parte envelhecida e em parte imigrante, o aumento desmedido dos valores médios dos prédios rústicos transacionados que entre 2009 e 2019 a mais que duplicar (+119%), entre muitos outros aspetos que descrevem a vulnerabilidade da situação que se vive hoje no Litoral Alentejano.

Neste território que não chega para as encomendas e em que os inúmeros investimentos se empilham indiferentes a lógicas de ordenamento e qualificação socioterritorial, vemos todas as contradições entre crescimento e desenvolvimento, entre fatores fortes e fatores fracos, entre quem se impõe e quem se submete.

A ilusão do desenvolvimento sustentável, equilibrado, estratégico e resiliente (e outros chavões que aqui quiserem incluir), mesmo que apoiado por inúmeros e bondosos planos, programas e políticas de gestão do território, está aqui infelizmente demonstrada em todo o seu esplendor. Quem sabe se a regionalização não teria permitido preparar um futuro mais colaborativo, sustentável, justo e menos casuístico?

Geógrafo, professor do IST/U. de Lisboa



MIGUEL MANSO